



EDITORA ALFA-OMEGA

# BRASIL

VIAGEM AO BRASIL DESCONHECIDO - CLAUDIO BOJUNGA - FERNANDO PORTELA

## Os Mortos Desistentes

(Ou: os índios Kaingang do Brasil do sul.)

Claudio Bojunga

*No século passado, eles foram empurrados para o interior pelos cafezais da floresta atlântica. No início do século, eles foram expulsos das melhores terras do sul pelos colonos europeus. Eles agora estão sendo pressionados pela expansão da soja. Em contacto permanente com os civilizados desde 1914, os índios Kaingang continuam sendo invadidos em seu último e oficial confinamento, suas próprias terras. Terras cedidas pelo governo federal e cuja posse é garantida pela Constituição e pelo Estatuto do Índio. A reserva Nonoai, ao norte do Rio Grande do Sul, vem sendo tomada, arrendada, traficada e vendida. Seus legítimos proprietários — os índios — estão sendo ameaçados, espancados e assassinados. Os intrusos contam com a impotência da Funai, com os interesses políticos locais, com o desprezo pelo índio. Nonoai não tem um problema índio. Nonoai tem um problema branco.*

### I

A prosperidade surge da terra batida e o cenário é composto de bombachas, olhos claros, calibres 22 e 38, motores Caterpillar. De um lado da praça fica a Prefeitura. Do outro, a loteria esportiva. O prédio mais alto é a igreja — e o céu, de um azul puríssimo. Tudo isso, rodeado de soja, milho e trigo, a mais nova e vigorosa fronteira da expansão agrícola gaúcha. A cidade se chama Nonoai, nome indígena que pode ser bucolicamente traduzido por coisa minha. São menos de seis mil almas, administradas e orientadas espiritualmente por

sobrenomes germânicos. Paraíso pioneiro, situado uns 460 km ao norte de Porto Alegre. Seu futuro depende de um crime coletivo.

## II

O posto indígena Nonoai fica a uns 30 km da cidade do mesmo nome. Há uma placa com as armas da República, dizendo que aquilo é assunto da União. Depois vem a porteira rústica e o monótono alinhamento de casebres de madeira, dispostos com a mesma regularidade das agrovilas amazônicas. Caras impassíveis e vagamente furtivas na soleira de uma porta: racialmente, nada distingue esses índios kaingangs dos caboclos do interior do Brasil. O nível econômico também é semelhante: as mesmas calças remendadas, as mesmas crianças com coriza, os mesmos olhares distantes e desconfiados. Silhuetas imóveis confinadas em suas próprias terras.

Como o aluno que engana a lição olhando para o recreio, alguns índios olham de vez em quando para o céu. Como menores de idade, eles são considerados "relativamente incapazes de direito" e têm como tutor a Fundação Nacional do Índio (Funai). É muito comum ouvir um funcionário da Funai empregando o jargão dos orfanatos: um graduado é tio fulano. Seu superior é o avô sicrano. Os índios sorriem, e fingem que acreditam nessa família.

O posto é a sede do Toldo Indígena Nonoai, nome oficial dos 14910 hectares (cada ha: 10.000 m<sup>2</sup>), onde vivem 997 índios kaingangs repartidos em 232 famílias. Essa terra lhes foi cedida em posse comunal pelo governo da União. Trata-se de um dos sete postos indígenas do Rio Grande do Sul. Considerados globalmente, eles têm uma superfície que ultrapassa os 51 mil ha. A Constituição Federal diz que essas terras são inalienáveis, cabendo aos índios "sua posse permanente e ficando reconhecido a eles o direito ao usufruto exclusivo das riquezas naturais e de todas as utilidades nelas existentes". O Estatuto do Índio declara nulos os atos jurídicos que tenham por objeto o domínio, a posse ou a ocupação dessas terras.

Ora, desses 51 mil ha, apenas 11.522 são "agricultáveis" (Relatório realizado pela Funai, Incra, Governo do Rio Grande do Sul), e é justamente essa terra de qualidade que se encontra ilegalmente ocupada por intrusos. A situação de Nonoai é a

mais grave: 5.274 pessoas (974 famílias classificadas de civilizadas) estão impunemente invadindo, usufruindo, arrendando, sublocando e traficando terra kaingang. Os índios deste posto vêm sendo roubados, ameaçados, surrados e assassinados há anos. Os intrusos contam com a simpatia da cidade, com interesses políticos municipais e federais, com a falta de recursos da Funai, com o desprezo generalizado pelo índio, com o cansaço dos kaingang.

### III

O chefe do posto é Lídio Della Beta (32 anos). Fala a língua kaingang e desde criança acompanha a miséria dos índios do Rio Grande do Sul. Vigoroso, expansivo, bem intencionado, acaba de ser transferido do posto Cacique Doble, e aceita Nonoai como um desafio. Nada tem a ver pessoalmente com a situação criada: os arrendamentos inconstitucionais começaram na época do finado Serviço de Proteção aos Índios (SPI), sob pretexto de “complementação das minguadas verbas orçamentárias de assistência ao silvícola” que nunca assistiram nenhum silvícola. A coisa piorou em 1962, quando — são palavras do relatório oficial! — “instigadas por interesses partidários estaduais e municipais”, 400 famílias invadiram a área. Nem a criação da Funai, nem o regime instaurado em 1964 alteraram a situação. Em 1969, houve outra invasão maciça: 600 famílias. Cerca de 400 conseguiram ser expulsas com a ajuda da Brigada Militar do Estado. As outras 200 foram, inconstitucionalmente, transformadas em arrendatárias. Mesmo pretexto. Em 1974, nova invasão. Esses arrendamentos (só 12 famílias pagaram algo, e isso só no início) estão vencidos, além de serem nulos. As pessoas continuam lá.

Situação tensa: cada vez que a Funai avisa que vai despejar os intrusos, as ameaças e violências se multiplicam. Além do relatório já mencionado, que levantou os problemas, nada se fez. Com seu sorriso italiano, Lídio aceita contornar as brigas. Suas esperanças íntimas se concentram na integridade e nas boas intenções do general Ismarth de Araujo Oliveira que, para alívio dos índios, substituiu na presidência da Funai o general Bandeira de Melo. Mas, sua situação é delicada: sozinho nada pode fazer — e ele está sozinho. Seu salário é ridículo. A verba mensal de manutenção do posto é de Cr\$

1.000,00 (só de combustível são Cr\$ 1.600 mensais). Lídio deve reservar seu pessimismo para algum diário íntimo: seu cargo é o menos invejado da Funai.

#### IV

Dois acontecimentos estão marcados para esta manhã. O corriqueiro é um casamento kaingang. O especial é a visita do bispo de Erechim, Dom João Hoffmann e de seu irmão, padre Aluizio Hoffmann. Padre Hoffmann será amanhã empossado na paróquia de Nonoai pelo bispo da cidade de Frederico Westphallen, Dom Bruno Maldaner (mesma família). Nonoai é sua jurisdição. Os irmãos Hoffmann estão ciceroneando um padre alemão em visita ao Brasil. E ele quer ver índio de perto.

Os noivos chegam de camionete. Entre outras coisas, Lídio é Juiz da Paz. A cerimônia será apenas civil. A igreja, a alguns metros do posto, está fechada. Os noivos surgem intimidados: Arvelino Pedroso e Laurinda do Nascimento são seus nomes cristãos. O cacique Alcindo do Nascimento veio acompanhado de seu "major" e de seu "capitão", duas autoridades internas da comunidade que, na medida do possível, reproduzem as estruturas do "lado de fora". Lídio começa a pronunciar as palavras de praxe contra um canto de cigarras. O véu de Laurinda reflete o estranho perfil de um cocar.

Perto da porta, as damas de honra, excessivamente maquiadas e ornadas de filó, riem espremido. Uma pintura de gênero sobre o índio brasileiro aculturado. Infelizmente, o estilo exigido é mais o de Daumier do que o de Debret: os personagens têm o ar ligeiramente caricato, como seria o de um passista de escola de samba que realmente acreditasse ser um marquês colonial.

Palavras legais.

As filhas lourinhas de Lídio reforçam a imagem da superposição de culturas. Há uma grande compenetração e, ao mesmo tempo, um vazio, uma sensação de isolamento. Os noivos colocam o polegar no contrato e suas mãos são guiadas por um chefe de posto perito na tarefa.

Pela janela vê-se a igreja fechada. Por quê? Se a noiva vestiu seu melhor filó branco é porque ela pede à civilização que inventou essa roupa uma validação religiosa para seu casamento — superior a dos registros civis.

De que adiantou impor brutalmente uma outra civilização ao índio para, de repente — assim que se dominou o perigo que ele representa —, abandonar totalmente seu corpo e sua alma?

## V

Acompanhado do novo pároco de Nonoai e do visitante alemão, Sua Eminência chega ao posto trazendo palavras amáveis que são logo traduzidas do alemão: “dizem na Europa que nossos índios são maltratados. Pois nosso visitante está muito bem impressionado com a limpeza do posto e com a aparência dos índios”.

Lídio chama o cacique em kaingang, e logo traduz o que disse em português. O bispo passa tudo para o alemão. E agora, uma foto: um grupo. Outra: o padre Aluizio Hoffmann abraçado com uma indiazinha. Danke.

Sua Eminência já teve jurisdição sobre Nonoai. Então, o que acha dos problemas dos kaingang? “Os índios são da competência do sr. Lídio”. E as resoluções do Conselho Indigenista Missionário: (ele se reuniu no final do ano em Frederico Westphallen, sede do bispado) “1 — O índio deve ser o primeiro a assumir os problemas que o atingem; 2 — As missões católicas devem participar ativamente dos problemas indígenas; 3 — A tutela que o Estado exerce sobre os índios é não apenas um meio de obter lucros materiais pela exploração do patrimônio indígena, como também uma maneira de desfigurar a cultura do índio.” Então, o que diz Sua Eminência?

Sua Eminência se limita a lembrar que a própria Funai é a grande responsável pelo que está ocorrendo em Nonoai: ela fez e refez arrendamentos ilegais, consagrando assim a invasão das terras.

Uma verdade. Que não é traduzida para o alemão.

## VI

O cacique Alcindo Nascimento praticamente se considera um homem morto. É um recurso como outro qualquer para continuar vivendo. Existem vários deles, capazes de estimular mais um paralelo sentimental com as crianças: ficar imóvel,

tomar um gole, capinar, jogar futebol, olhar para o céu, esconder-se atrás de uma nuvem. E o cacique começa falando nas crianças, sua única e última razão para continuar falando. Porque os de sua geração já foram expulsos dessas terras e agora passam as noites cochichando com seus antepassados.

Para que repetir a história do kaingang morto a pauladas? A história de não poder sair sozinho, depois que o sol se esconde? A história de só ir à cidade rápido e em grupo? A história do rapaz expulso de sua lavoura? A história daqueles fantasmas covardes que cruzam as aldeias de noite, dando tiros para o ar? A história das notas do hospital que alguns ladrões não pagaram? A história do atropelamento gratuito? Da índia violentada e cortada? A história da humilhação de — em sua própria terra — ser peão de intruso? A do assassino que mata e sai da cadeia vinte dias depois? A história de ter dinheiro para ir a Ijuí buscar uma peça de automóvel e não ter verba para operar o kaingang doente? A história das telhas quebradas, das privadas partidas, da pedrada, do insulto, da febre, da fome, do pesadelo, da falta de dinheiro, da falta de carne, da falta de luz, da falta de direitos? Para que viver se perguntando: por que não despejam os intrusos? Por que pelo menos não policiam o posto, para evitar novas invasões e novas mortes?

O Cacique:

“No tempo em que a Brigada esteve aqui as coisas melhoraram. Depois brigaram com o chefe do posto e foram embora. A Funai avisou que eles iam voltar, a Brigada apenas pedia algumas casinhas para alojar os policiais. Fizemos cinco: há seis meses estão vazias, abandonadas. Os intrusos arrancaram a louça e a atiraram no mato. E muitos índios que se casam não têm onde dormir. Doutor, escreva o que lhe digo: se um guarda for muito duro, ele acaba se prejudicando ou sumindo, como o cabo Guedes (...).”

E Lídio?

(...) É um homem bom, mas o que pode fazer? Ele vai contornando, confiscando a madeira roubada, tentando vencer os intrusos. Escreva isso também: se um chefe de posto resolve ser durão acaba sendo removido (...)

E o general Ismarth?

(...) É um homem bom, bem intencionado, que ouve índio, que faz levantamentos, cadastramentos, ameaças de despejo — mas até agora, por que a Funai não entrou com a ação de despejo? Por que não policia imediatamente nossas terras?

Outras duas perguntas estão implícitas nas palavras de Alcindo: 1 — Tem sentido uma política de “assimilação” que, há décadas, vem eliminando os mitos e tradições do índio, mas tendo o cuidado de mantê-lo como um povo “distinto” do brasileiro? Tem sentido uma “tutela” que retira delicadamente do índio o direito de se defender, tornando-o assim mais vulnerável aos que o violentam, muitas vezes com a convivência tácita dos “protetores”? A política indigenista oficial surge como a versão interna de uma política colonial: por que o índio não participa das decisões da Funai?

Alcindo tira do bolso uma foto amarrotada. É o rosto de um índio brutalmente assassinado. Fotografa isso aí doutor...

## VII

Hoje ele está de chinelos. É José Reck, prefeito de Nonoai, no poder há muito tempo, aproveitando a tarde de sábado para tomar um solzinho na praça.

“O pessoal do MDB diz que este ano vai ganhar. Besteira, em Nonoai não perco”. E os índios, prefeito? “Problema grave, mas que será resolvido lentamente — uns dez anos, não Lídio?” E a Lei? “Sim, mas não se pode despejar essa gente toda de repente, provocando uma crise social grave. E o problema econômico: cerca de 1/4 da renda do Município se origina nas terras ocupadas. Se essa gente for expulsa, Nonoai perderá 350 mil sacos de soja anuais. Pense no que isso significa em termos de ICM”.

O prefeito anda preocupado, zelando pela vitória da Arena nas eleições municipais deste ano. O governo se arriscaria a despejar os intrusos agora, justamente agora?

Estranho. O MDB local, nas eleições de novembro de 1974, já obteve três de cada quatro votos dos invasores de terras indígenas, não?

“Imagine então como uma decisão precipitada poderia ser explorada pela oposição!”

Conclusões? 1 — O MDB também tem que zelar pelos intrusos; 2 — O futuro político do prefeito e de sua oposição, assim como o futuro econômico do município, dependem de um crime consentido por uma cidade.

A atitude política dos dois partidos? Ela é lógica: índio não vota.



## VIII

Olhe bem esse pobre velho pernetta que está chegando ao posto no seu cavalo. Ele vem cabisbaixo, com seu ar mais cansado, com uma camisa furada, com um revólver na cintura. É isso um intruso? É sim: este velho acaba de “comprar” um terreninho de um outro velho que resolveu se mudar. E já está construindo outra casinha, seu filho vai casar etc. . . .

Rodeado de índios desconfiadíssimos, Lídio argumenta: “Mas não pode, o senhor já está alterando o cadastramento da Funai/Inkra/Governo do Rio Grande do Sul” . . .

O velho diz que não quer confusão, que é honesto e inválido (os índios sorriem), que gosta de índio, que emprega mesmo alguns deles como peões etc. . . .

Agora, quem vai indenizá-lo? Mas o senhor não sabia que é proibido negociar a terra dos índios? Sabia, mas todo mundo faz isso etc. . . .

### ADMIRÁVEL MUNDO NOVO

Nonoai vive um fim de semana agitado: hoje de noite mesmo tem duas festas: a eleição das misses Arena e MDB e a festa do casamento índio kaingang, essa no interior das terras invadidas a uns 20 km do posto.

A estrada é relativamente boa e o farol do automóvel revela de vez em quando, uma família de índios andando na estrada. Eles se protegem da luz dos faróis com as mãos e são engolidos pela escuridão da janela traseira. Lídio vai falando sobre os kaingang. A palavra mesmo significa morador (kaa) da árvore (ingang). E a palavra reservada para nós é fok, que não significa branco nem civilizado. Apenas o “outro”.

Na época do descobrimento, o sul do Brasil foi habitado por índios com uma língua e cultura semelhantes, batizados generalizadamente de Gês. Esses índios foram recuando sob o ataque dos Tupis (logo liquidados pelo colonizador) e se protegendo em regiões de difícil acesso. Alguns bandos selvagens subsistiram até o início do século XX, mas a maioria foi dominada e fixada pelo governo em torno de 1974.

Mas uma nova fronteira da civilização os ameaçava: grande parte das matas do sul foram, no final do século passado, destinadas a colonos alemães, italianos e eslavos — uma eco-

nomia de pequenas propriedades, de exploração agrícola intensiva. E as matas começaram a ser devastadas.

Ilhado na mata, morrendo de medo do índio, o camponês europeu passou a se armar de carabinas e preconceitos que justificassem e enobressem sua luta pela terra. Foi a tentativa de reproduzir o desbravamento do oeste norte-americano. E assim surgiram os tetricos "bugreiros", Marcelino, Natal Coral e Maneco Ângelo, "capitães de batida", como eram chamados na época os matadores de índios. Eles eram endeusados pelo jornal *Urwaldbote* e uma das técnicas preferidas era assassinar os índios enquanto dormiam.

Tento interrogar um velho kaingang, que vai conosco de carona, sobre esse passado sombrio. Ele já viu três taquaras secas (cada taquara equivale a 30 anos) e é um "conselheiro". Função atribuída aos mais velhos do grupo, que são encarregados de transmitir sua experiência aos recém-casados através de orientações, conselhos e advertências.

O passado? "Bem aquelas roças eram matas, e nelas a caça era farta". Os bugreiros? A fuga? As dores passadas, descritas minuciosamente nos arquivos do SPI? Nada. O velho resmunga algo num português incompreensível e repete: "naquele tempo, existiam árvores, muitas árvores".

## IX

Uma festa de casamento kaingang é uma fuga para um futuro que não existe. O que persegue os índios nesse momento não são as tristezas de rotina, enterradas por uma noite debaixo da sanfona cabocla, da cachacinha, do fumo de rolo, da dança cadenciada e dura. É a ausência de uma evasão mais solta e completa: é o que eles estão fugindo sem saber.

Naquela planura cheia de estrelas, naquela noite quente, são dezenas de índios se comprimindo num casebre tristemente iluminado por uma lamparina de querosene. A alegria é contida pela camisa de força de uma boate sertaneja: borboletas fascinadas por uma luz raquítica; um abafamento feito de suor, tabaco, bafo de álcool. É a recusa do ar livre e a desistência da liberdade de gestos. É a recusa da noite (eles nos reconhecem no escuro) e a desistência de uma lareira. É a recusa da "selvageria" do fogo e a desistência de uma animação. É a recusa da natureza, tão comum no Brasil caboclo e camponês, que

logo providencia uma lâmpada no teto para afugentar a angústia de ter sido índio. Ao contrário do negro, que tem o recurso de sua percussão e de sua alegria, o índio aculturado desiste do terreiro nessas ocasiões, e transporta sua discrição oriental para uma sala apertada.

Dois foguetes assinalam nossa chegada: é um alívio ver e ouvir algo explodindo do lado de fora. O noivo ainda está de gravata. Enquanto ele a usar, a festa continua.

## X

Para a cidade de Nonoai, a sucessão de acontecimentos nesse domingo é vertiginosamente festiva e rigorosamente cristã. Dom Bruno irá do aeroporto diretamente para a igreja, onde rezará a missa auxiliado pelo novo pároco e seu convidado alemão. Em seguida, quem conta na cidade está convidado para um suntuoso churrasco oferecido por um dos irmãos Barbiero (cereais). O outro (cereais), auxiliará no serviço.

Os notáveis estão presentes. Enquanto as senhoras conferem cozinheiras, dr. José Paulo Baltazar, o novo promotor, rapaz moreninho e orgulhoso de seu Opala azul, troca idéias sobre o lado jurídico da vida: “nossa presença é apenas um apoio para a Funai. Nada temos com a questão do despejo. Como vemos o problema indígena? (opinião pessoal, a questão de direito é líquida e certa) — afinal, quem é mais brasileiro? O índio ou os brancos que estão trabalhando que é uma beleza essa terra? A solução seria uma miscigenação intensa: o silvícola ir casando com o branco até desaparecer.” Difícil conciliar a proposta do promotor com uma sugestão feita a Lídio por um outro notável: para incrementar o turismo seria melhor despir os índios. Índio vestido não é índio.

E o sargento da Brigada aqui, o que pensa (conversa em apartado): “Doutor, posso lhe assegurar que o problema não é da Brigada. Quando estivemos lá a violência acabou.” Por que saíram? “Tinha um chefe de posto abusado, um cabeça chata exorbitante, dando ordens fora de sua competência.” Voltarão? “Depende da Funai, aquilo é área federal.” E as casinhas feitas pelos índios? “Tá tudo parado.” Por quê? “Sei não, posso lhe dizer que o problema não é da Brigada.”

Passa um caminhão cheio de kaingangs. Eles vão jogar futebol no posto de Vouturo. O cacique está particularmente

invisível. É um caminhão federal e as preocupações da cidade são todas municipais.

## XI

Parece mentira, mas dois bois alimentam um mundo de gente. Belo churrasco, tão opulento e autêntico que nosso visitante teutão soltou a frase cansada: “brasileiro come muita carne.”

Dom Bruno está muito ocupado, mas Dom Aluizio Hoffmann surge para uma conversinha, depois do almoço.

Então Dom Aluizio por que a igreja dos índios está fechada?

“Lamentável. Ao que parece houve problemas com o padre anterior.”

Quem visita as ruínas de São Miguel (um dos sete povos das Missões, responsáveis pela República Guarani) fica com a estranha impressão de que há atualmente uma trágica ruptura entre parte do clero e o indígena. Não?

“É um belíssimo monumento. Amigos europeus querem sempre visitá-lo. Mas é preciso levar em conta que, se as missões não fossem destruídas, teríamos atualmente um Rio Grande do Sul predominantemente povoado de índios, e não de descendentes de alemães.”

Uma autêntica mesa de churrasco gaúcho, mesmo depois de ter sido transformada em natureza morta, continua sendo um espetáculo suntuoso. Nonoai está alimentada material e espiritualmente. Horas antes, foi a missa. Na parede paramentada para a ocasião, a frase: “precisamos de você”. Porém, entre o fiel e a mensagem, a mesma distância que separa kaingang do seu professor de português. Na hora da hóstia, houve comparecimento maciço. Os fok (não índios) de Nonoai passaram a véspera diante do confessionário, enquanto os kaingang ouviam de pé o conselheiro. Ambas as comunidades fizeram então o que suas respectivas consciências exigiam.